

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.556 - PE (2019/0134449-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**AGRAVADO** : **SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADOS** : **JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873**  
**THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO - PE024172**  
**JOSE CARLOS ALMEIDA JUNIOR - PE001037**  
**JOSE LUIS WAGNER - PE047516**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO COM BASE NA SÚMULA Nº 83/STJ. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE PRECEDENTES CONTEMPORÂNEOS OU SUPERVENIENTES AOS UTILIZADOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. FUNDAMENTO DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE NÃO IMPUGNADO DE FORMA ESPECÍFICA. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pela Universidade Federal de Pernambuco em face de decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fls. 1176/1177):

Processual civil. Execução de Sentença contra Fazenda Pública. Honorários Advocatícios. Fixação no cumprimento de sentença. Inexistência de preclusão. Feito pendente. Posicionamento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao Tema 506 de recursos especiais repetitivos. REsp 1252412/RN. Possibilidade fixação em momento posterior. Precedentes. Agravo de instrumento improvido.

1. Recurso interposto ante decisão agravada que deferiu pleito de retenção de honorários contratuais e fixou os honorários advocatícios sucumbenciais na fase executiva em 10% (dez por cento), do valor final da execução.
2. Pleito da parte autora, acerca da existência de preclusão lógica, quanto à inclusão de honorários advocatícios na fase de execução do julgado.
3. Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, inexistente preclusão no tocante ao arbitramento de verba honorária no curso da Execução, mesmo nos casos em que a referida verba não tenha sido pleiteada no início do processo executivo.
4. Quanto ao recurso representativo de controvérsia (REsp 1.252.412-RN), não se aplica à hipótese em análise, pois que trata de pretensão de arbitramento dos honorários que ocorrera após o arquivamento da execução, diferentemente do caso destes autos.
5. Posicionamento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao Tema 506 de

recursos especiais repetitivos. Precedentes.

6. Agravo de instrumento improvido.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados nos termos do acórdão juntado às e-STJ fls. 1263/1265.

Nas razões do recurso especial, interposto com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, a recorrente alega, em síntese, violação aos arts. 652-A, 183 e 473, todos do CPC/1973 (atuais arts. 827, 223 e 507 do CPC/2015), ao argumento de que seria indevida a condenação do ente Público em honorários advocatícios na execução, ante a preclusão lógica, pois em que pese requerida a fixação dos honorários, o despacho inicial sobre eles não se manifestou, não tendo a parte exequente recorrido de tal decisão.

Sustenta que "se após sua intimação do despacho inicial sem o arbitramento dos honorários o patrono quedou-se silente, sem o manuseio de qualquer recurso, consolidou-se o fato da não incidência dos honorários sucumbenciais, configurando-se, portanto, o instituto da preclusão" (e-STJ fl. 1296).

Contrarrazões ao recurso especial apresentadas às e-STJ fls. 1347/1359.

A decisão agravada negou seguimento ao recurso especial aduzindo que o acórdão recorrido estaria em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior, "no sentido de que inexistente preclusão no ato do magistrado que arbitra verba honorária no curso da Ação de Execução, mesmo nos casos em que os honorários advocatícios não tenham sido pleiteados no início do processo executivo (AREsp 1317144, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 07/08/2018; REsp. 1.655941, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, j. 27/04/2017, DJE. 08/05/2017; AgrG no REsp. 1397117/RS, Relª. Minª. Assusete Magalhães, 2ª Turma, j. 18/08/2015, DJE. 09/09/2015), de modo a incidir o óbice da Súmula 83, do STJ" (e-STJ fl. 1361).

Nas razões do agravo, a agravante sustenta que o Tribunal de origem teria indevidamente enfrentado o mérito recursal, usurpando competência desta Corte Superior. Aduz ainda que a matéria não estaria pacificada neste Tribunal Superior, uma vez que não foi analisada em sede de recurso repetitivo.

Contraminuta ao agravo apresentada às e-STJ fls. 1395/1408.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O presente agravo não deve ser conhecido, pois a agravante deixou de impugnar específica e suficientemente o fundamento da decisão agravada, em desacordo com o art. 932, III, do CPC/2015.

A orientação deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que quando o recurso especial é inadmitido com base na Súmula nº 83/STJ, como ocorreu na espécie, a impugnação pormenorizada consiste em indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão vergastada, procedendo ao cotejo analítico entre eles, demonstrando-se que outro é o entendimento jurisprudencial do STJ, o que não ocorreu na espécie.

No presente caso, o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial aduzindo que o acórdão recorrido estaria em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior, "no sentido de que inexistente preclusão no ato do magistrado que arbitra verba honorária no curso da Ação de Execução, mesmo nos casos em que os

honorários advocatícios não tenham sido pleiteados no início do processo executivo (AREsp 1317144, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 07/08/2018; REsp. 1.655941, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, j. 27/04/2017, DJE. 08/05/2017; AgrG no REsp. 1397117/RS, Relª. Minª. Assusete Magalhães, 2ª Turma, j. 18/08/2015, DJE. 09/09/2015), de modo a incidir o óbice da Súmula 83, do STJ" (e-STJ fl. 1361).

A agravante limitou-se a mencionar que o Tribunal de origem teria indevidamente enfrentado o mérito recursal, usurpando competência desta Corte Superior, e que a matéria não estaria pacificada neste Tribunal Superior, uma vez que não foi analisada em sede de recurso repetitivo.

Desta forma, não houve impugnação específica ao fundamento da decisão de inadmissibilidade, o que impede o conhecimento do agravo em recurso especial. Nesse sentido os seguintes julgados deste Tribunal Superior:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE PROFERIDA PELA CORTE DE ORIGEM. NÃO CONHECIMENTO DO RECLAMO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Em atenção ao princípio da dialeticidade recursal, as razões do agravo em recurso especial devem infirmar os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do apelo nobre, proferida pelo Tribunal de origem, sob pena de não conhecimento do reclamo por esta Corte Superior, nos termos do artigo 932, III, do CPC/2015 (artigo 544, § 4º, I, do CPC/1973).

2. Nos casos em que o recurso especial não é admitido com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida, demonstrando-se que outro é o entendimento jurisprudencial desta Corte.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1230483/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 18/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 83 DO STJ. IMPUGNAÇÃO. DEFICIÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A rejeição do recurso especial com base na Súmula 83 do STJ exige da parte, nas razões do agravo, o ônus de indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos no decisum agravado com o fito de demonstrar ser diversa a orientação jurisprudencial do STJ, o que não aconteceu na espécie.

3. Pacificado o entendimento de que aquele verbete é aplicável tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo constitucional.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 648.333/ES, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 17/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA.

I - Negou-se seguimento ao recurso especial com base nos óbices de: ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro e Súmula 83/STJ.

Agravo nos próprios autos que não impugna os fundamentos da decisão recorrida.

II - São insuficientes para considerar como impugnação aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial na origem: meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à negativa de seguimento, o combate genérico e não específico e a simples menção a normas infraconstitucionais, feita de maneira esparsa e assistemática no corpo das razões do agravo em recurso especial.

III - No caso em que foi aplicado o enunciado n. 83 do STJ, incumbe à parte, no agravo em recurso especial, pelo menos, apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada. Não o fazendo, é correta a decisão que não conhece do agravo nos próprios autos.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1100861/MS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende ser necessária a impugnação dos fundamentos da decisão denegatória da subida do recurso especial para que se conheça do respectivo agravo.

2. A parte agravante não infirmou especificamente a incidência do óbice da Súmula 83/STJ. Logo, a Súmula 182 desta Corte foi corretamente aplicada ao caso.

3. Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles. Precedentes.

4. A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento de que o óbice da Súmula 83/STJ não se restringe aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea "a".

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 991.297/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 11/05/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

